



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Para entender o neofascismo no Brasil

um ensaio a partir das contribuições de Nicos Poulantzas
Caio Bugiato

Como citar: BUGIATO, C. Para entender o neofascismo no Brasil: um ensaio a partir das contribuições de Nicos Poulantzas. *In:* BARBOSA, J. R.; HERNÁNDEZ, O. A. P. (org.).

Extremismos políticos e direitas: Bolsonaro, Trump e a crise das "democracias". Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 167-180. DOI:

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p167-180>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CAPÍTULO 7

PARA ENTENDER O NEOFASCISMO NO BRASIL: UM ENSAIO A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE NICOS POULANTZAS¹.

*Caio BUGIATO*²

Quanto à atualidade da questão do fascismo, digamos simplesmente que os fascismos – como, aliás, outros regimes de exceção – não são fenômenos limitados no tempo. [...] O ressurgimento, pois, do fascismo continua possível, sobretudo hoje – mesmo porque, provavelmente não se revestiria agora exatamente das mesmas formas históricas de que se revestiu no passado. (POULANTZAS, 1978, p. 10).

INTRODUÇÃO

Esse ensaio pretende entender alguns elementos da atual conjuntura política brasileira, em que um governo neofascista chega ao poder por

¹ Artigo originalmente publicado na revista *Actuel Marx/Intervenciones* n.27, segundo semestre de 2019, Santiago, Chile.

² Professor de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Seropédica RJ. E-mail: bugiato@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-9378-4830>.
<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-227-7.p167-180>

via eleitoral, à luz das contribuições de Nicos Poulantzas em seu livro *Fascismo e ditadura* de 1970. Para tal, na primeira parte do texto buscamos explicar algumas noções sobre o fenômeno do fascismo, com foco nesse processo político em detrimento de outros, como a ditadura militar e o bonapartismo. Trazemos à tona alguns elementos que podem ser úteis para entender a conjuntura brasileira e assim optamos por não realçar outros, como o imperialismo, o fascismo no campo, etc. Em geral, buscamos um conceito de fascismo, a dinâmica política desse fenômeno e a possibilidade de verificá-lo na atualidade. Na segunda parte do texto fazemos uma breve análise de conjuntura baseada em autores e autoras brasileiros que igualmente procuram entender a conjuntura política brasileira e consideram a ascensão do (neo)fascismo como um traço marcante da atualidade. Considerações finais encerram nosso ensaio.

1. FASCISMO E DITADURA

A primeira explicação sobre a obra de Nicos Poulantzas que precisamos fazer para entender o fenômeno do fascismo está relacionada com a citação que abre esse ensaio. Poulantzas considera que o fascismo não é um fenômeno político restrito a formações sociais europeias no período entre as duas guerras mundiais, mas sim é possível verificá-lo em outros períodos e espaços afora do que poderíamos denominar fascismo original. Tal verificação é possível porque o fenômeno está atrelado ao modo de produção capitalista e particularmente à luta de classes e ao Estado capitalista. É deste, da teoria marxista do Estado, que Poulantzas parte para chegar a um conceito de fascismo.

Segundo Poulantzas, o fascismo é um regime político específico da forma do Estado capitalista de exceção (POULANTZAS, 1978, p. 11). Essa afirmação traz algumas implicações³. Primeiro, existem tipos

³ Ressaltamos que tais implicações decorrem de indicações feitas por Poulantzas. Uma vez não estão definidos nem aparecem de maneira clara as relações entre tipo de Estado e formas de Estado e forma de Estado e regimes políticos. Assim como o conceito de Estado capitalista, muito bem trabalhado em seu livro anterior *Poder político e classes sociais*, que aparece caracterizado quase que unicamente pelo item b arrolado. Armando Boito Junior em seus textos sobre o neofascismo no Brasil chama atenção para essa pouca sistematização, bem como para a relação entre de um lado formas de Estado e regimes políticos e de outro o bloco no poder e sua fração hegemônica. O exemplo da burguesia nacional nesse texto é dele.

de Estado que tiveram lugar na história: o tipo escravista, o tipo feudal e o tipo capitalista, entre outros. Isto é, o Estado capitalista é um tipo de Estado, cuja singularidade pode ser resumida, a partir de *Fascismo e ditadura*: a) nas relações específicas entre de um lado a esfera econômica (as forças produtivas e relações de produção) e de outro as esferas da política e da ideologia (em que se situa o Estado enquanto centro da organização política de uma formação social), relação esta em que o Estado garante a reprodução da esfera econômica; e b) na autonomia relativa do Estado frente à classe dominante, cujas frações não detêm diretamente o controle do Estado, mas se mobilizam para governá-lo sob a hegemonia de uma delas (o fenômeno do bloco no poder, do qual trataremos adiante).

O Estado capitalista assume formas: uma forma típica e formas de exceção. A forma típica corresponde ao regime democrático-burguês e as formas de exceção correspondem aos regimes fascista, bonapartista e ditadura militar. Ou seja, a forma de Estado depende do regime instaurado. Os regimes por sua vez são moldados pela luta de classes e frações de classe, que reorganiza as relações entre os ramos do Estado. O ramo que ocupa o papel dominante do Estado sob o regime fascista é a polícia política, no bonapartismo a burocracia civil, e na ditadura militar a burocracia militar. No regime fascista, acrescenta-se a existência de um partido de massa e a perda da autonomia dos aparelhos ideológicos do Estado (no sentido de Althusser). Ademais Poulantzas considera fascista a(s) força(s) social(ais) – partido, movimento, classe e fração de classe –, e sua(s) ideologia(s), que busca(m) instaurar tal regime.

O regime fascista no Estado capitalista de exceção, ou o Estado fascista, apresenta – assim como todas as formas de Estado capitalista – o fenômeno do bloco no poder: a unidade conflituosa entre as frações da classe dominante para governar o Estado, sob a hegemonia de uma delas. Por hegemonia de uma fração no bloco no poder se entende que tal fração é a grande beneficiada pela política estatal, sobretudo pela política econômica. Contudo, o que Poulantzas indica em *Fascismo e ditadura* é que um mesmo regime político e uma forma de Estado podem apresentar um bloco no poder com diferentes frações burguesas hegemônicas, ou seja, não há uma determinação direta entre a fração que detém a hegemonia e

a forma de Estado e o regime político existentes. Exemplo: a burguesia nacional era hegemônica durante a existência dos Estados fascistas alemão e italiano e essa mesma fração era hegemônica nos Estados Unidos e na Inglaterra durante longos períodos de regimes democrático-burgueses.

A afirmação de Poulantzas acima precisa ser complementada: o fascismo é um regime político específico da forma do Estado capitalista de exceção que corresponde uma crise política (POULANTZAS, 1978, p. 12). Uma crise política, que igualmente não é restrita no tempo e pode surgir em períodos diferentes, corresponde a uma série de embates de classes e frações de classe que desorganiza a estabilidade do bloco no poder e a hegemonia e é acompanhada por rupturas profundas nos aparelhos de Estado (sistema institucional). A crise é efeito da luta de classes que modifica os aparelhos de Estado; dessas modificações se institui o Estado capitalista de exceção (POULANTZAS, 1978, p. 12, 57, 69)⁴.

A crise que caracteriza a conjuntura do fascismo corresponde a uma estratégia ofensiva da burguesia e a uma etapa defensiva da classe trabalhadora; corresponde à derrota dessa classe e das massas populares após um período de lutas contra a burguesia; e corresponde ao início do que Poulantzas chamou de processo de fascização. “O que se passou pois, efetivamente, no caso do processo de fascização, foi a correspondência entre uma crise política da burguesia e uma estratégia ofensiva” (POULANTZAS, 1978, p. 88). Com efeito, essa mesma crise, que dá origem ao Estado fascista, é uma crise de hegemonia no bloco do poder: nenhuma fração da burguesia é capaz de impor, seja por meios de organização próprios, seja por meio do Estado democrático-burguês, sua direção a outras frações burguesas e exercer a dominação política sobre o conjunto da formação social. Conseqüentemente, a crise implica na reorganização do bloco e o estabelecimento, por meio de uma força social fascista, da hegemonia de uma nova fração de classe, oriunda do grande capital. De uma instabilidade/incapacidade hegemônica, em que diversas frações ocupam a hegemonia e/ou são incapazes para tal nos termos descritos acima, passa-se por meio da ação política fascista a uma nova hegemonia. Poulantzas acrescenta que tal crise de hegemonia é acompanhada de uma crise de

⁴ É possível entender em *Fascismo e ditadura* que crises políticas podem ter como base crises econômicas.

representação partidária: “(...) ruptura da relação, simultaneamente na ordem da *representação* – no sistema estatal – e na ordem da *organização* entre as classes e as frações de classes dominantes e seus partidos políticos” (POULANTZAS, 1978, p. 79, grifos do autor). De mesma maneira, a crise de representação partidária não se dá apenas na classe dominante, mas se estende ao conjunto das classes e frações de classe da formação social.

A força social fascista que mencionamos anteriormente é oriunda da pequena burguesia (pequenos produtores e proprietários, trabalhadores assalariados não produtivos e funcionários do Estado; não fazem parte nem da burguesia nem do proletariado). Um dos aspectos ideológicos dessas frações de classe que a compõe é o mito da *passarelle*: medo da proletarização, por baixo, e atração para a burguesia, por cima, aspirando-se a tornar burguesa pelo empenho individual. Outro é a oscilação de sua posição política: ora contra a ordem burguesa que privilegia os capitalistas, ora contra a ascensão do proletariado que abala sua condição de classe. Esse caráter de classe intermediária, segundo Poulantzas (1978, p. 258), não lhe possibilita a ter interesses político próprios de longo prazo, porém em determinadas situações pode entrar na conjuntura política de maneira relativamente autônoma, com um peso específico.

No caso das conjunturas de crises políticas das classes dominantes, a pequena burguesia é diretamente afetada, sobretudo pela crise de representatividade, pois a ruptura das frações de classe no bloco no poder com os partidos afeta a respeitabilidade destes para ela. Assim fica aberto o caminho para que partidos, movimentos, ideologias fascistas envolvam a pequena burguesia, representando-a e inclusive formando partidos de massa. Os partidos fascistas com base na pequena burguesia tendem a ser em um primeiro momento um programa político de ressentimentos dessa classe, entretanto em momentos posteriores abandonam esses interesses e representam os do grande capital. A força social fascista tem o papel histórico de realizar uma aliança entre a pequena burguesia e o grande capital, em ofensiva contra a classe trabalhadora, e reorganizar o bloco no poder sob a hegemonia de uma fração da grande burguesia.

Para finalizar a concepção de Poulantzas sobre o fascismo, vejamos brevemente o que ele entende por processo de fascização, que compreende

os elementos arrolados até aqui. Na primeira etapa do processo, do início ao ponto de irreversibilidade, o partido fascista se torna partido de massa e o grande capital o apoia, mas ele não o representa. O ponto de irreversibilidade ocorre quando o partido fascista estabelece uma ligação de organização partidária com fração ou frações do bloco no poder, que passaram para a ofensiva. Por outro lado, a ligação do partido com as massas populares se mantém forte. Na segunda etapa, período que vai do ponto de irreversibilidade ao estabelecimento do fascismo no poder, é o auge do período anterior, em que se estabelece uma aliança efetiva entre o grande capital e a pequena burguesia realizada por meio do partido fascista. A ligação com as massas populares continua.

Na terceira etapa, o primeiro período do fascismo no poder, o partido fascista representa os interesses de fração ou frações da grande burguesia no bloco no poder, mas se vê obrigado a fazer concessões às massas populares, contra a vontade daquelas. A pequena burguesia se torna a classe detentora do Estado. Na quarta etapa, o período de estabilização do fascismo, uma nova hegemonia de fração do grande capital já está estabilizada, o partido fascista não representa mais os interesses da pequena burguesia, que se mantém como classe detentora do Estado, e ligação com as massas se afrouxa, mas não é inteiramente rompida. O partido fascista mantém certa independência frente à fração hegemônica, não está às suas ordens, porém tem agora seu programa político que corresponde aos interesses da fração hegemônica em longo prazo.

2. A ASCENSÃO DO NEOFASCISMO NO BRASIL.

O bloco no poder do Estado brasileiro durante os 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores/PT (2003-2016) foi caracterizado pela ascensão e hegemonia da grande burguesia interna brasileira, deslocando a hegemonia da burguesia associada (exercida nos governos de Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB, 1994-2002) e colocando seus interesses e do imperialismo (sobretudo estadunidense) em segundo plano (BERRINGER, 2015; BOITO JR., 2018; BUGIATO, 2016; MARTUSCELLI, 2015). Os governos de Luiz

Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014/2015-2016) articularam uma frente política neodesenvolvimentista, sob hegemonia da burguesia interna e composta por frações das classes proletárias – segmentos populares importantes passaram a ter protagonismo político-social no interior dessa frente – , que sustentou os governos e colheu os benefícios da política estatal.

O programa neodesenvolvimentista, que atendia prioritariamente os interesses da grande burguesia interna, consistia, entre outros aspectos, em uso dos bancos públicos (BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal) para fomentar a industrialização e o crescimento econômico, uso da Petrobrás como centro da construção da cadeia produtiva do petróleo, política de fortalecimento do mercado interno (crédito, aumento real do salário mínimo, Bolsa-Família e Previdência Social), política externa autônoma, com ênfase nas relações com América Latina e África. O programa neodesenvolvimentista foi o desenvolvimentismo possível dentro do capitalismo neoliberal na periferia do sistema, que contornava as políticas neoliberais, mas não as eliminava. Vários projetos do capital estrangeiro e da burguesia associada foram contrariados e adiados, em particular a descoberta e a forma estabelecida para a exploração do pré-sal contrariou profundamente o imperialismo e a burguesia associada.

Contudo, a crise mundial do capitalismo iniciada em 2008 abalou o programa neodesenvolvimentista, que passou a ter dificuldades de implementação. A desaceleração econômica começou no primeiro Governo Dilma e foi reforçada por políticas econômicas de desonerações fiscais e pelo ajuste fiscal no início do segundo governo, transformando-se em recessão econômica (BASTOS, 2017). Nesse contexto nacional e internacional de crise do capitalismo, a burguesia associada e o imperialismo recuperaram o protagonismo político e voltaram ao ataque, incentivando, patrocinando e redirecionando as manifestações populares de 2013 (originalmente contrárias aos reajustes das tarifas do transporte público) contra o Governo Dilma e o PT, tendo como mote central a denúncia da existência de corrupção generalizada no governo.

Tanto o centro quanto a periferia do sistema capitalista foram afetados pela crise mundial, o que promoveu maior concentração de renda

e de propriedade, aumento do desemprego estrutural e da precarização do trabalho, crescimento da pobreza e grandes movimentos migratórios. Como consequências se generalizaram incertezas e instabilidades, que levaram a sentimentos de insegurança, medo e ódio e ressentimentos em relação aos “outros”.

A História mostra que esse tipo de conjuntura econômico-social e política é o ambiente em que prosperam e são difundidos ideologias, movimentos políticos, líderes e governos de extrema direita, como o fascismo. Esse movimento político-ideológico, como também nos mostra a História, alimenta-se e se desenvolve especialmente em momentos de crise do capitalismo (desemprego, queda da renda, precarização do trabalho e pobreza, ou seja, piora das condições de vida do povo). Assim, a ascensão de movimentos de extrema-direita mundo afora e a crise global do capitalismo eclodida em 2008 não são fenômenos díspares, como apontam estudos sobre a nova direita no Brasil e na América Latina e sobre os *think tanks* neoliberais, como a Fundação Atlas (CHALOUB; PERLATTO, 2016; LOWY, 2015; PUGLIA, 2018; SOLANO, 2018; VELASCO E CRUZ; KAYSEL; CODAS, 2015).

No Brasil, a crise criou as condições para a ruína do programa neodesenvolvimentista e o conseqüente abandono da grande burguesia interna como base de sustentação do governo. Assim, a grande maioria das frações da burguesia se opôs ao governo Dilma, uma vez que este se mostrava incapaz de superar a crise econômica. O golpe de Estado de 2016, apoiado pela burguesia em seu conjunto, foi predominantemente uma ação do imperialismo e da burguesia associada que voltaram ao ataque para eliminar de vez o programa neodesenvolvimentista e restaurar as políticas neoliberais a serem implementadas pelo Estado brasileiro, de modo a ir ao encontro de seus interesses (BOITO JR, 2018)⁵. Esse foi o caráter do governo de Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB, entre 2016 e 2018, junto com uma política de austeridade. Embora o golpe de Estado tenha sido uma confluência de vários interesses, deu

⁵ Monteiro (2018) e Fuser (2018) apontam o patrocínio dos EUA em outros golpes de Estado recentes na América Latina: Honduras em 2009 e Paraguai em 2012. Assim como Bandeira (2013) descreve histórica e atualmente os procedimentos de *regime change* da política externa estadunidense em dezenas de países.

voz, sobretudo, a uma nova direita no Brasil, e a crise econômica criou as condições econômico-sociais para o seu desenvolvimento, em especial parindo o que chamamos de neofascismo. A ascensão do neofascismo no Brasil pode ser considerada então resultado em boa parte de uma ofensiva da burguesia associada, como argumenta Poulantzas (1978).

O neofascismo no Brasil, paralelamente a sua articulação internacional, é um movimento político originado na alta classe média (o que Poulantzas consideraria a pequena burguesia), que esteve de fora do programa neodesenvolvimentista, impactada pela crise econômica e pela crise política, esta oriunda das denúncias de corrupção no governo propagadas pela grande imprensa.

O movimento tomou corpo nas manifestações pela deposição do governo Dilma a partir da vitória deste nas eleições de 2014, levando à frente a palavra de ordem “Fora PT”. O neofascismo pode ser caracterizado da seguinte forma. Em primeiro lugar, é uma retomada de programas e ideologias de períodos passados (Itália fascista e Alemanha nazista), em uma etapa histórica nova, o capitalismo neoliberal globalizado (BOITO JR, 2019)⁶. Ademais é caracterizado por: deslegitimação da política e do Estado democrático de direito; reacionarismo moral e cultural (culto às tradições), associado a um messianismo político; valores individualistas (neoliberais) resumidos no binômio empreendedorismo-meritocracia, contrários às políticas sociais e aos direitos trabalhistas; anticomunismo histórico, rememorando o período da Guerra Fria e forjando um clima artificial de “ameaça comunista” (identificada com o PT); e um nacionalismo vazio, (retórico e abstrato), declarado apenas na valorização de símbolos

⁶ O neoliberalismo é um programa político e econômico surgido para eliminar o Estado de bem-estar social nos países centrais e o desenvolvimentismo nos países periféricos, como forma de restaurar o poder da burguesia. Após sucessivas perdas dessa classe desde o fim da Segunda Guerra Mundial, frente à melhoria das condições de vida do proletariado, as burguesias dos países centrais se aproveitaram das crises do capitalismo da década 1970 e impuseram tal programa aos Estados nacionais. Em muitos destes, a fração burguesa orientada pelo programa neoliberal se tornou hegemônica. Uma das grandes consequências desse processo foi uma nova onda de internacionalização/mundialização do capital, implementada a partir da extinção do Acordo de Bretton Woods, e caracterizada por uma nova reestruturação produtiva global (tecnológica e organizacional) e de um processo de financeirização do grande capital – que se espalhou mundo a fora, reconfigurando os blocos no poder. Na prática, o programa neoliberal significa desregulamentação financeira, abertura comercial, privatizações, ataque aos direitos trabalhistas e redução dos investimentos em política social. Nos países periféricos, o programa neoliberal é o mais adequado para atender os interesses do imperialismo e da burguesia associada. (DUMÉNIL; LÉVY, 2007; HARVEY, 2005).

nacionais, como a bandeira e hino. O movimento ainda é conduzido pela cruzada anticorrupção, política e seletivamente dirigida contra forças de esquerda (e no limite a eliminação da esquerda) cujos agentes são as instituições do próprio Estado (lawfare): o Judiciário (juízes, promotores e procuradores), o Ministério Público (procuradores) e a Política Federal (delegados e agentes), inculcados de uma missão (irrealizável no capitalismo) autodelegada, moral e salvacionista: acabar com a corrupção no país. Pode-se acrescentar ainda a mobilização política de massa, com a constituição de um movimento ativo, agressivo e, no limite, violento (BOITO, 2019; FILGUEIRAS; DRUCK, 2018, 2019).

Após a quarta vitória do PT nas eleições presidenciais de 2014 e a quarta derrota do PSDB, tradicional aliado do imperialismo e representante da burguesia associada, estes, ainda diante da possibilidade da candidatura de Lula para 2018 e 2022, promoveram a aliança com o crescente movimento neofascista, contra as políticas dos governos do PT. O capital internacional e a grande burguesia brasileira associada confiscaram esse movimento de classe média para, no caso do capital estadunidense e dos segmentos da grande burguesia brasileira a ele associados, perfilar o Estado e a economia brasileira ao lado dos Estados Unidos.

Dessa forma, desde o governo Temer, o conteúdo da política externa, da política econômica e da política social do Estado brasileiro prioriza os interesses do grande capital internacional, principalmente o estadunidense, e dos segmentos da burguesia brasileira a ele associados, e atende também, embora secundariamente, outros segmentos da burguesia brasileira, dinâmica que continua no governo Bolsonaro, eleito em 2018. Portanto, são o imperialismo e a burguesia brasileira associada principalmente que ocupam o poder de Estado, a hegemonia do bloco no poder. A eleição de Jair Bolsonaro para presidência da república solidifica a aliança entre a burguesia associada e o imperialismo com o movimento neofascista, um movimento ativo que forma um governo cuja chefia está entregue ao principal representante desse movimento, o atual presidente da república⁷ (BOITO JR, 2019).

⁷ Os principais motivos do emprego do prefixo “neo” em neofascismo são: a retomada de programas e ideologias de períodos anteriores na etapa histórica do capitalismo neoliberal globalizado e o fato que esse movimento,

Assim, em 2019 existe uma nova hegemonia, a hegemonia do capital internacional e dos segmentos da burguesia brasileira a ele associados. A burguesia interna, que foi a fração hegemônica nos governos do PT, sofreu derrotas e foi deslocada para uma posição subordinada no interior do bloco no poder. Nesse caso brasileiro, histórica e atualmente, o central do processo político são os conflitos entre frações da burguesia – burguesia associada e capital internacional *versus* a burguesia interna – e, na conjuntura hodierna, ocorre intervenção política massiva de uma classe social intermediária – a alta classe média.

Se há uma nova hegemonia no bloco no poder brasileiro, igualmente parece haver uma nova forma de Estado, decorrente da ocupação do movimento neofascista no aparelho de Estado, de caráter autoritário. Pois a política de segurança pública do governo pretende suspender, arbitrariamente, garantias constitucionais; o Ministério Público incorre em ilegalidades no processo penal para a punição exemplar e espetacular da corrupção – preferencialmente quando tal prática puder ser imputada às empresas nacionais e à centro-esquerda representada pelo PT; e o executivo denuncia como “a velha e corrupta política” a atividade praticada no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, condenando assim a própria democracia burguesa; entre outros. A democracia burguesa brasileira, então, vive dias de deterioração, em que brotam tendências à ditadura fascista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das contribuições de Poulantzas sobre o fascismo podemos fazer algumas considerações sobre a atual conjuntura política no Brasil. A frente neodesenvolvimentista, hegemônica pela burguesia interna e organizada partidariamente pelo Partido dos Trabalhadores, representou tanto o deslocamento da burguesia associada e do imperialismo para um segundo plano no bloco no poder brasileiro quanto à ascensão de lutas da classe trabalhadora que conquistou direitos e maior parte na distribuição

que ocupa o poder executivo, implementa uma política neoliberal, a favor dos interesses do imperialismo e da burguesia associada.

da riqueza. A ofensiva contra tal ascensão aconteceu em decorrência da crise econômica e representou uma crise política, desencadeada em duas frentes.

A primeira frente foi a ofensiva da grande burguesia associada e do imperialismo para restaurar sua hegemonia e o programa neoliberal, patrocinando partidos e movimentos de direita que militaram para a deposição do governo Dilma via golpe de Estado. A outra frente foi a ofensiva da classe média/pequena burguesia, cujos funcionários do Estado – a operação Lava Jato do Ministério Público – apoiados pela grande imprensa instrumentalizaram a bandeira de combate à corrupção para fins políticos: derrotar os governos do PT e sobretudo a ascensão das lutas populares.

O resultado disso foi a prisão do ex-presidente Lula, o que lhe tirou da corrida eleitoral. Apesar de não constituir um partido de massa, essa força social da classe média/pequena burguesia agiu massivamente nas redes sociais para angariar milhões de correligionários, com uma campanha baseada no perigo que o PT e a corrupção desse partido representavam para a sociedade brasileira, para transformar o Partido Social Liberal (PSL) no segundo maior partido da Câmara dos Deputados e por esse mesmo partido eleger Bolsonaro. Ainda que não tomemos o processo de fascização exatamente como Poulantzas o considera, uma vez que esse fenômeno adquire novas formas históricas e novas roupagens, é possível argumentar que a eleição de Bolsonaro significa a ação da força social fascista oriunda da classe média/pequena burguesia para reorganizar o bloco no poder sob hegemonia da burguesia associada e do imperialismo, sem perder os vínculos com as massas populares que o elegeram. Entretanto, o programa neofascista que Bolsonaro e seus correligionários representam não agradam completamente os interesses do grande capital e atritos entre eles já começam a ser notados. Por outro lado, forças democráticas da direita e da esquerda brasileiras, diante do perigo do neofascismo para diversos setores da sociedade, começam a se organizar em frente ampla contra o governo. Parece-nos então que o ponto de irreversibilidade sobre o qual escreve Poulantzas ainda não foi atingido e por essa razão é que não

estão descartadas ações mais impetuosas do próprio governo em direção a medidas autoritárias e, de fato, ao Estado fascista.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Moniz. *A segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BASTOS, Pedro Paulo Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, n. esp., p. 1-63, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172129.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris, 2015.
- BOITO JUNIOR, Armando. O neofascismo no Brasil. *Boletim LIERI*, Rio de Janeiro, n. 1, maio 2019. Disponível em: <http://laboratorios.ufrj.br/lieri/boletim-lieri-o-neofascismo-no-brasil/>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- BOITO JUNIOR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas, SP; São Paulo, SP: Editora da Unicamp: Editora UNESP, 2018.
- BUGIATO, Caio. *A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira*. 2016. 282 p. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. *Insight Inteligência*, Rio de Janeiro, n. 72; ano 19, jan./fev./mar. 2016.
- DUMENIL, Gerard; LEVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a01v16n1.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. O governo Bolsonaro, o neofascismo e a resistência democrática. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, nov. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-governo-bolsonaro-o-neofascismo-e-a-resistencia-democratica/>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. Para entender a conjuntura: Neoliberalismo, neofascismo e burguesia no Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*, maio 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/para-entender-a-conjuntura-neoliberalismo-neofascismo-e-burguesia-no-brasil/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

FUSER, Igor. América Latina: progressismo, retrocesso e resistência. *Saúde debate*, v.42, n. esp., p.78-89, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0078.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LOWY, Michel. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0652.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: CRV, 2015.

MONTEIRO, Leonardo. Os Neogolpes e as Interrupções de Mandatos Presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil. *Revista de Ciências Sociais: RCS*, v. 49, n. 1, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/487079>. Acesso em: agosto de 2019.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PUGLIA, Leonardo. Gramsci e os Intelectuais de Direita no Brasil Contemporâneo. *Teoria e Cultura*, UFJF, v. 13, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/issue/view/631>. Acesso em: agosto de 2019.

SOLANO, Ester. *Crise da Democracia e extremismos de direita*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2018. (Análise, n. 42). Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fpa/20170906042027/pdf_1132.pdf. Acesso em: 12 ago. 2019.